

VIOLÊNCIA FAMILIAR

[Maria Emília Costa e Cidália Duarte, *Violência Familiar*, Porto, Ambar, 2000].

Isabel Dias

Faculdade de Letras, Universidade do Porto

O presente livro insere-se no conjunto de trabalhos que têm vindo a ser realizados em Portugal a partir da década de 1980 sobre a violência na família e resulta do confronto das autoras com algumas contradições. A mais relevante, e que de certa forma justifica o interesse por esta problemática, refere-se à coexistência de um discurso “anti-violência” na família e à implementação de um conjunto de medidas de protecção às vítimas, com um nível de conhecimento sobre o fenómeno conceptualmente pouco consistente (13).

O livro está estruturado em três capítulos. Abordando principalmente a violência parental e conjugal, no primeiro capítulo — “Definição do problema e dificuldades de investigação” — as autoras começam por problematizar o carácter paradoxal da família moderna e por definir os conceitos implícitos à investigação sobre a violência familiar. Esta última constitui um conceito que abrange domínios e formas de violência diversificadas e cuja complexidade aumenta à medida que se consideram as noções de frequência, severidade e de intencionalidade, tornando a sua operacionalização ainda mais difícil.

De seguida, apresentam um conjunto de reflexões úteis no domínio da investigação sobre esta problemática. Para as autoras, a violência é um fenómeno que ocorre “dentro da própria instituição familiar” (5), e que só pode ser interpretado no contexto sociocultural em que se situa. Consideram que a sua natureza privada e íntima tem funcionado como um obstáculo à investigação e que persiste uma certa tolerância sociocultural sobre o seu uso nas relações conjugais e parentais. Afirmam ainda que, apesar da evidência histórica de violência cometida pelo homem sobre a criança e a mulher, esta, “embora com estratégias diferentes também é violenta” (14), o que significa que qualquer abordagem sobre a violência familiar deve ser realizada em termos dicotómicos.

Do conjunto de reflexões desenvolvidas neste capítulo, o/a leitor/a fica seguramente esclarecido/a acerca dos problemas de (in)definição de alguns dos conceitos disponíveis no âmbito da violência doméstica, mas também sobre as dificuldades metodológicas suscitadas pela pesquisa nesta área.

No capítulo seguinte — “Investigação na violência familiar: uma síntese possível” — as autoras, apesar de reconhecerem que neste âmbito prevalece uma diversidade de perspectivas teóricas, optaram por estruturar a informação disponível com base no modelo ecológico-desenvolvimental (35). Embora se compreenda que a finalidade deste capítulo era a de proceder a uma síntese do estado da investigação, teria sido relevante aprofundar as virtualidades deste modelo, por exemplo, para a explicação dos maus tratos às crianças, bem como a sua aplicabilidade ao estudo da violência conjugal.

As autoras procedem igualmente a uma análise dos factores e variáveis

(individuais e contextuais) que têm sido particularmente estudadas neste âmbito e que estão na origem de diversos modelos teóricos explicativos. Assim, a análise da violência na família tem-se centrado quer sobre as características dos agressores ou das vítimas; quer sobre as das suas famílias de origem e ainda nas características presentes na relação conjugal (36). Partindo destes eixos analíticos, as autoras conseguiram sistematizar de forma clara e compreensiva, inclusive para quem não está familiarizado com esta problemática, um conjunto de relações prováveis entre a violência familiar e outras variáveis (por exemplo, história de vida, depressão, características da personalidade, défices de competências, consumo de álcool ou drogas, pobreza, *stress*, contexto cultural), tendo o mérito de as problematizar de uma forma conceptualmente sustentada (37). É ainda inevitável a referência a uma questão clássica neste domínio e que foi excepcionalmente abordada neste capítulo: “Porque é que algumas mulheres mantêm estas relações?” Sabendo que se trata de uma questão cuja resposta é múltipla e complexa, as autoras recorrem a um conjunto de estudos, dando-nos a oportunidade de conhecer uma diversidade de explicações teoricamente possíveis. Recusando a imagem da mulher “indefesa”, “masoquista”, “provocadora” da violência de que é vítima, ou da mulher responsável pela desunião da sua família quando decide pôr termo a uma relação conjugal violenta (64), as autoras partilham da posição, que parece ser consensual, de que as mulheres dotadas de recursos pessoais e comunitários não só são mais capazes de pôr fim a uma relação violenta, como conseguem encontrar meios que permitam acabar com as agressões (69). Finalmente, da leitura deste capítulo, fica claro que a ênfase numa ou noutra variável marcou significativamente a evolução da investigação sobre a violência familiar.

No último capítulo — “A intervenção na violência familiar” — as autoras partem de um conjunto de interrogações, mostrando que a complexidade do conceito de violência familiar e os problemas da sua (in)definição colocam os/as profissionais que intervêm nesta área perante um conjunto de dilemas quer no plano ético, quer no plano de decisão sobre a denúncia ou não das situações de violência, quer ainda no plano da avaliação. Embora as decisões legais se apoiem em factos, as autoras consideram que só a realização de estudos por equipas multidisciplinares acerca das situações de violência familiar é que permite uma “intervenção objectiva e minimamente justa” (76). Do conjunto de propostas de intervenção apresentadas neste capítulo, destacam-se a criação de serviços especializados neste tipo de problemáticas. Neste âmbito, os Centros de Saúde e os estabelecimentos de ensino, por exemplo, não só constituem espaços adequados para a constituição de equipas multidisciplinares, como têm um contacto mais próximo e imediato com estes problemas sociais. Consideram também que a intervenção deve ser mais alargada, nomeadamente à comunidade, com vista a combater certos estereótipos socioculturais e a maximizar os seus recursos de forma a proporcionar às vítimas uma adequada assistência legal e social (81).

Ainda no mesmo capítulo, as autoras abordam um conjunto de questões igualmente importantes para a intervenção. A partir do confronto entre as perspectivas feministas e as sistémicas, concluem que mais do que encontrar um culpado e uma vítima da violência familiar, importa “perceber a dinâmica relacional que

desencadeia os comportamentos violentos" (89), enquanto condição para uma intervenção mais eficaz.

A implementação de programas de educação parental e conjugal, a intervenção junto das vítimas, do casal e da família é outro domínio de actuação sugeridos pelas autoras. Apesar da especificidade da intervenção em cada uma destas áreas, consideram que a criação de um espaço de confiança e de apoio incondicional, entre outros aspectos, são elementos indispensáveis para (re)construir, junto das mulheres, homens e crianças vítimas de violência familiar "a confiança em si e nos outros" (99). Mas para além destas estratégias de intervenção, tal como referem as autoras, é "necessário mudar mentalidades, valores, preconceitos e estereótipos" sobre a violência familiar que em muito contribuem para a sua promoção e manutenção (82).

Na "Conclusão" as autoras recuperam de forma sucinta o conjunto de questões abordadas nos capítulos anteriores. Salientando novamente o carácter complexo da violência familiar, consideram que só a utilização de modelos multidimensionais de análise e de intervenção, bem como a aplicação de metodologias qualitativas e de estudos de casos permitem uma adequada compreensão e aprofundamento deste fenómeno.

Este livro constitui um preciso contributo para o conhecimento sistematizado sobre um fenómeno que só recentemente foi identificado em Portugal como objecto de análise científica. Destaca-se também pelo estilo pessoal e pela análise crítica produzida pelas autoras. Constitui assim uma referência indispensável para o estudo da violência familiar.